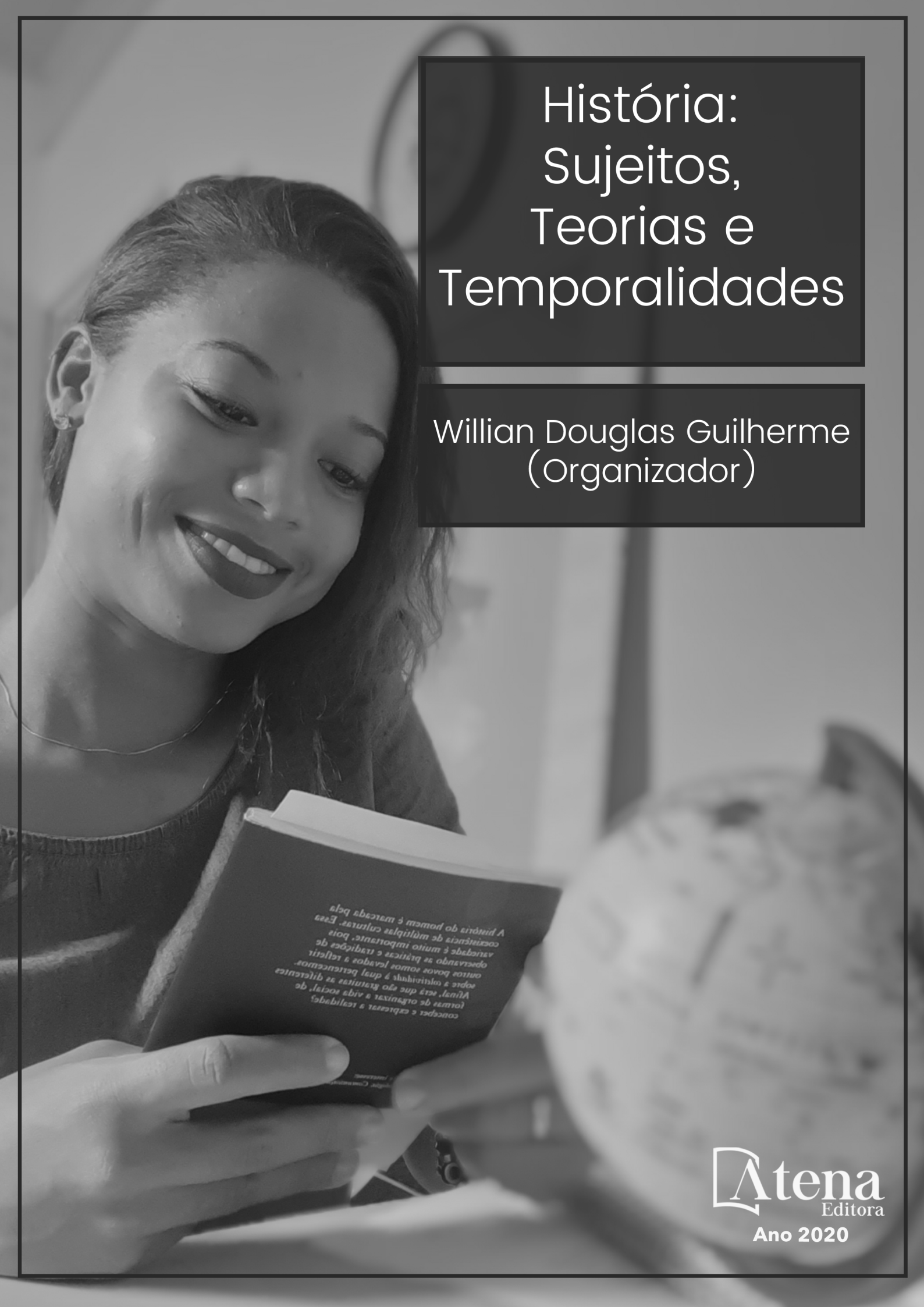


História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A história do homem é marcada pela
consciência de múltiplas culturas. Essa
avaliação é muito importante, pois
operando as bases e tradições de
outros povos, somos levados a refletir
sobre a construção de uma identidade
única, que não exclua as diferenças
locais de organizar a vida social, de
conceber e explicar a realidade.



História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-154-1 DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)	
Hilton César de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001071	
CAPÍTULO 2	12
A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES	
Leandro Neves Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001072	
CAPÍTULO 3	23
A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU	
Daniel Wanderley Caliman	
DOI 10.22533/at.ed.5412001073	
CAPÍTULO 4	35
O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE	
Gabriela Ferraz Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5412001074	
CAPÍTULO 5	49
O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE	
Dagmar Manieri	
Elias Rocha Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5412001075	
CAPÍTULO 6	58
TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND	
Alessandra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5412001076	
CAPÍTULO 7	64
PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO	
Erika Morais Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001077	
CAPÍTULO 8	74
REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5412001078	

CAPÍTULO 9	86
A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPLICY (1990-2006)	
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001079	
CAPÍTULO 10	96
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.54120010710	
CAPÍTULO 11	113
COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR	
Paulo Roberto Firmino Marques	
DOI 10.22533/at.ed.54120010711	
CAPÍTULO 12	126
O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR	
José Willians Simplício da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54120010712	
CAPÍTULO 13	141
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE	
Karina Andréa Tarca	
DOI 10.22533/at.ed.54120010713	
CAPÍTULO 14	154
RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
Eliza Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54120010714	
CAPÍTULO 15	167
UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ	
Angelissa Tatyane de Azevedo Silva	
Davi Pereira Romeiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.54120010715	
SOBRE O ORGANIZADOR	184
ÍNDICE REMISSIVO	185

A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 23/03/2020

Daniel Wanderley Caliman

Universidade Federal de Uberlândia (Egresso)

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/1308417153954344>

RESUMO: Este artigo busca lançar luz sobre os variados aspectos que contribuíram ou compõe a dinâmica da integração europeia, apresentando seu histórico, desde a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, até a constituição da mais avançada experiência integracionista até o presente momento, a União Europeia. A partir disso se debruça sobre os aspectos teóricos que perpassam a organização, se dedicando em especial ao debate entre as teorias neofuncionalista e intergovernamentalista. Como um desdobramento, analisa a integração tendo por base o processo decisório em seu interior, mais especificamente ao mecanismo de co-decisão. Se coloca, então, a tarefa de analisar as debilidades da integração, identificadas principalmente na matéria de segurança e defesa, assim como na ascensão de uma

extrema-direita com discurso exacerbadamente nacionalista e portanto, avessa ao processo integracionista. Por fim, como medida de identificação da atuação da União Europeia como ator internacional coeso, o trabalho se dedica às interações entre a UE e o Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE: Integração, Europa, União Europeia

DISPUTED INTEGRATION: HISTORICAL MOVEMENT AND PERSPECTIVES ON THE EUROPEAN INTEGRATIONIST PROCESS

ABSTRACT: This paper seeks to light up the varied aspects that contributed or compose the dynamic of european integration, presenting its history since the formation of the European Coal and Steel Community till the the constitution of the most developed integrationist experience so far, the European Union. From this point, the paper focus on the theoretical aspects that pervade the organization, dedicating itself specially to the debate between the neofunctionalist and intergovernmentalist theories. As an outspread of, it analyzes the integration taking the organization's decision making process as background, more specifically, its co-decision mechanism. Thereafter, emerges the task of analyzing the integration's debilities, wich are

mainly identified in the security and defense matters, as in the rise of a political extreme-right wing with a nationalist speech, therefore averse to the integrationist process. At last, as a mean of identifying European Union's performance as a cohesive international actor, the paper dedicates itself to the interaction between the European Union and the Mercosul.

KEYWORDS: Integration. Europe. European Union

INTRODUÇÃO

A experiência europeia ultrapassa em muito as expectativas geradas em torno da integração, colocada em contraste com outras regiões do mundo, ainda mais se considerado o seu processo pacífico e voluntário. Com esses fatores em mente, é possível entender a integração europeia, sintetizada na construção da União Europeia (UE), com um referencial para as diversas tentativas integracionistas ao redor do globo. (SCHMITTER, 2010)

Dar potencial de aplicação a esse referencial, passa pela capacidade em se absorver o conteúdo teórico, analisando padrões colocados e fazendo as necessárias abstrações em relação às diferenças culturais, sociais e estruturais das diversas regiões. Daí pode-se lograr a aplicabilidade de seus mecanismos de desenvolvimento. O presente trabalho buscará desanuar o campo das diversas teorias que se interpõe com relação à integração europeia. (SCHMITTER, 2010)

Seguindo para o emaranhado de ações da UE, um dos fatores mais relevantes em relação ao movimento integracionista na Europa é a sua capacidade de integração na área da segurança, que permanece incipiente. Apesar da criação da Política Externa e de Segurança (PESC) em 1992 pelo Tratado de Maastricht, a matéria sofre entraves devido aos desafios encontrados em relação à OTAN e também das ações de alguns Estados membro. Isso leva a capacidade de uma política única de segurança a ser debilitada, frente a uma falta de capacitação e dificuldade de estabilização em matéria de segurança internacional. (OZELO, 2007)

Isso nos leva a pensar sobre os desafios integracionistas para União Europeia, podendo ser identificados como a lida com as vaidades oriundas da soberania, com a necessidade de eficiência diante dos avanços tecnológicos e o compromisso com a prática democrática. Se torna necessário, portanto, a análise sobre o alto grau de imbricação dos Estados membro, mediante a atuação na instituição internacional que os coloca diante de tais relações, que se pode viabilizar através de um olhar mais atento ao processo de tomada de decisões. Para tal objetivo se faz pertinente a atenção ao processo de evolução da instituição, fazendo um apanhado geral de suas perspectivas históricas, transversalmente à ótica da tomada de decisões, permeada pela análise dos dispositivos que a fazem possível. A observação dos tratados constitucionais que permitam tais processos e sua interação com o processo de integração, aliada a uma breve passagem pela configuração

de seus dispositivos, como o Conselho, o Parlamento e a Comissão, pode nos dar mais nitidez em relação ao processo decisório. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

Os processos decisórios europeus passam pelas interposições entre os diversos sistemas nacionais, suas relações políticas internas e a dinâmica das relações partidárias estabelecidas no seio de cada país da região. Diante dessa realidade, é de eminente importância compreender as movimentações recentes dadas à realidade política do continente. Em um cenário onde existe a ascensão de uma extrema direita, avessa ao sentimento integracionista, faz-se pertinente a análise do perfil ideológico dos partidos políticos, e de suas respostas à agenda regional de integração, tendo em mente as ameaças representadas à integração diante do crescimento eleitoral das extremas-direitas nacionais. Isso se carrega de significado mediante a uma realidade em que a atuação dos chefes de Estado, ministros e atores políticos em geral não mais se circunscrevem à dinâmica nacional, mas sofrem interferência de âmbito regional. (TOSTES, 2009)

Por fim, com base nas informações coletadas e fazendo as suas devidas correlações, partir-se-á para uma análise da aproximação inter-regional entre União Europeia e o Mercosul, entendendo seus impactos para ambas regiões. Em 1995, fora assinado um acordo prevendo uma maior liberdade comercial, o investimento, a cooperação econômica e o diálogo político entre os países das duas regiões, no entanto as negociações ainda se encontram em curso, apesar da boa fluidez no diálogo, devido a entraves representados principalmente pela Política Agrícola Comum (PAC) e as mudanças no cenário internacional após os atentados do 11 de setembro. Diante das dificuldades observados no Mercosul, para a constituição de um mercado comum de fato, será analisada essa relação, tendo como ponto de partida a capacidade da UE em agir como um ator internacional coeso. (SARAIVA, 2004)

A rigor, o presente trabalho buscará oferecer um panorama geral do processo histórico e analítico da integração europeia, buscando compreender e tomar lições que possibilitem efetivar novos caminhos rumo à integração, tomando como base a excepcional experiência europeia.

HISTÓRICO

Quando se fala em integração regional, apesar das várias experiências ao redor do mundo, o que nos vem à mente é a Europa, com seu profundo processo, por muitos anos exitoso, de integração nos níveis político, social e econômico, através da experiência da União Europeia (UE). Para que isso fosse possível, foi necessário um longo caminho, permeado por negociações e a construção de um interesse comum em constituir-se como bloco.

Os primórdios desse processo remontam à 1952, quando se assinou em Paris o Tratado que daria início à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), constituído

por seis países, a Bélgica, a Alemanha Ocidental, a França, a Itália, Luxemburgo e os Países Baixos (Holanda). Em 1955, os países decidem por estender o tratado para toda a economia, que levaria em 1957 à instituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), junto à Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA). Em 1960, a Associação Europeia de Comércio Livre passa a reunir vários países não pertencentes à CEE. O processo de unificação dessas iniciativas se daria com um tratado de fusão entre a CECA, a CEE e CEEA, em 1965. A partir daí o processo passou a incorporar cada vez mais Estados, avançando sobre temas como a mobilidade e a constituição política e identitária do bloco, através da inclusão do Parlamento Europeu em sua estrutura, sendo em 1979 a sua primeira eleição direta. Buscando o estreitamento das relações em temas como política externa e segurança comum, firma-se, em 1992, o Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht. Em 1999, 11 países reunidos no bloco se juntam em torno do Banco Central Europeu, numa união monetária que deu origem ao Euro, que entraria em circulação em 2002. Ao passo da história os países foram aderindo à União Europeia e ao Euro, sendo que atualmente há 28 integrantes no primeiro e destes 19 constituem a zona do Euro. (OZELO, 2007)

ABORDAGEM TEÓRICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Para compreender o processo integracionista europeu, é necessário ter em mente a consideração às várias teorias que a permeiam, ou seja, a não presença de uma perspectiva teórica dominante, o que se demonstra surpreendente, diante da análise ostensiva que se fez por sobre a gama de interações que levaram à um programa intenso de integração. De acordo com Schmitter (2010), existe um nível elevado de concordância em relação aos fatos e às motivações que levaram Estados soberanos a tomarem para si, voluntariamente, a interdependência econômica oriunda de tal processo. No entanto isso não levou a consolidação de uma teoria única capaz de explicar as suas relações.

Ligado por afinidade ao neofuncionalismo, o autor explica sua tendência a, apesar de compreender a relevância dos atores estatais no integracionismo europeu, compreender seus processos tomando com maior importância a atuação dos atores não estatais, como o secretariado da organização e o funcionamento dos movimentos sociais e associações de interesse que se constituem na realidade regional, sendo estes fatores primordiais para a definição do alcance e direção das mudanças obtidas através da interação entre atores. Partindo-se das premissas da teoria neofuncionalista, compreende-se a integração regional como um caminhar esporádico e conflituoso, mas que define sua relevância por meio de relações democráticas e pluralistas, que determinam uma maior suscetibilidade dos governos nacionais às pressões regionais, terminando por ceder autoridade às organizações regionais. Esse processo leva a uma transferência das expectativas dos indivíduos para o âmbito de uma identidade regional, o que, segundo Schmitter, eleva a

satisfação e possibilita a transformação da integração sócio-econômica em política.

Apesar dos avanços de tal perspectiva, ela continua sendo descreditada na sociedade acadêmica, que tem como *mainstream* a identificação com o intergovernamentalismo. Para essa teoria, associada fortemente à ortodoxia do neorrealismo, o interesse nacional está acima de outras nuances, sendo portanto a matéria do poder, fundamental para a compreensão dos processos integracionistas. Ou seja, o direcionamento da integração, assim como suas raízes e possíveis desdobramentos têm sua origem na vontade dos Estado soberanos. Dessa forma se apreende de tal perspectiva que a intencionalidade da integração se dá mediante a intenção de fortalecer os Estados e sua soberania. (SCHMITTER, 2010)

É possível também encontrar na ideologia do federalismo explicações para a integração europeia. Tomando como base a política comparada e apesar de suas tentativas de partir de outros pressuposto, tem-se na Europa do pós Segunda Guerra uma afinidade com o projeto estadunidense de federalismo, que tomou lugar à luz, após décadas de contenção, com a proposta da elaboração de uma Constituição Europeia, que fora tratado na Convenção sobre o Futuro da Europa. (SCHMITTER, 2010)

É necessário dizer que existe uma vasta gama de perspectivas teóricas atidas à tarefa de explicar a integração regional e estas se colocam em disputa, não meramente acadêmica, no que se refere ao entendimento sobre o processo europeu. Para delinear com maior nitidez o que dá corpo a essas teorias, aqui será utilizada uma abordagem mais holística para compreender suas nuances, compreendendo suas naturezas ontológicas e epistemológicas.

Para diferenciar ontologicamente as teorias podemos partir da percepção do papel das instituições supranacionais para o interior do Estado, ou seja, se elas reproduzem as características dos Estados membros ou se transforma a natureza dos Estados. Na perspectiva epistemológica vemos a diferenciação entre aqueles que consideram os eventos políticos dramáticos e os que consideram as relações socioeconômicas e culturais. (SCHMITTER, 2010). A partir dessas distinções é possível categorizar as teorias e compreender seus níveis de afinidade e oposição.

Ainda do bojo dessa definição, em que se situa o chamado institucionalismo, surge o conceito de Governança em Múltiplos Níveis (GMN), que se define com um arranjo de tomada de decisões que envolveria múltiplos atores, independentes politicamente, mas interdependentes em diferentes níveis, sem a presença de hierarquização entre eles. É necessário também descrever o que seria chamado de Governança Policêntrica, sob a qual passa a haver uma delegação de atribuições às agências dispersas e relativamente autônomas que não se veem controladas por uma única instituição. Segundo Schmitter (2010), essas relações se fazem de crucial importância para o conhecimento sobre as teorias que versam sobre a integração europeia, uma vez que se tornaram onipresente como descrição da União Europeia contemporânea, pois soam menos proibitivas e

ameaçadoras e passam a ser explicadas pelas múltiplas teorias existentes.

ANÁLISE DA A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Coloca-se aqui, no centro da integração europeia, o conjunto de processos decisórios que permitem com que esta se encontre no estado evolutivo em que está, assim como possibilitam a compreensão dos seus entraves. É importante constatar que ainda existem na experiência europeia muitos desejos e interesses conflitantes que se colocam entre as competências institucionais nacionais e supranacionais. O mecanismo de cooperação na tomada de decisões se formalizou a partir do Ato Único Europeu, instituído em 1987, e teve como mérito possibilitar a conciliação de duas lógicas, a da cooperação interativa e a supranacional, logrando com isso dar mais liberdade à atuação do Parlamento Europeu, retirando-o de seu papel estritamente consultivo. O processo de co-decisão se fortalece então com o Tratado de Maastricht, que institui o conceito de cidadania europeia, a criação de mecanismos de auditoria, recebendo denúncias dos cidadãos, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e outros artifícios que possibilitaram à Comunidade Europeia a intitular-se de tal forma, diante de uma união nos níveis econômico e político. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

A integração europeia deu fruto a uma série de instituições responsáveis pela coordenação política do processo, a saber: Conselho, Parlamento, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Provedor de Justiça Europeu e Autoridade Europeia para Proteção de Dados, além de outros órgãos de caráter consultivo.

Desses, aqueles que se fazem mais relevantes ao processo de tomada de decisão são o Conselho, o Parlamento e a Comissão Europeia, conhecidos como o triângulo institucional. O bloco possui uma presidência rotativa, trocada semestralmente, de caráter simbólico, uma vez que todas as ações devem ser consultadas previamente no interior do Conselho, que dá materialidade à presidência. No tocante ao Parlamento, é preciso analisar a sua composição extremamente mista, que faz com que no interior dele se organizem diferentes grupos políticos, de acordo com suas diversas ideologias e interesses. Suas atribuições são vastas, versando sobre controle orçamentário, assuntos externos, comércio internacional, emprego e assuntos sociais, transporte e trânsito, assuntos jurídicos, cultura, educação e outras temáticas pertinentes. Ainda dentro do triângulo institucional, a Comissão Europeia é responsável pela elaboração, proposição e acompanhamento da execução das deliberações adotadas e também por fazer cumprir o direito comunitário, tendo como responsabilidade o acionamento do Tribunal de Justiça. Seu caráter executivo se ergue sobre a missão de desprender-se das questões nacionais, visando exclusivamente o bem comunitário. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

Com essas atribuições em mente, e identificando a variabilidade das instituições europeias, podemos compreender o emaranhado de procedimentos que levam ao processo

decisório, levando em consideração o seu sistema misto, que as vezes é unicameral, passa por situações em que prevalece o modelo bicameral e pode inclusive chegar à dimensão tricameral, sendo que uma de suas câmaras passa pelo crivo de múltiplas maiorias qualificadas. Devido às características de seu triângulo institucional, Medeiros e Campos (2009) ressaltam a natureza cambiante da UE, por vezes apresentando-se como organismo supranacional, mas sem excluir suas características de um regime intergovernamental, tendo essa dualidade repercussões direta sobre a tomada de decisões.

Diante dessa constatação é possível atribuir às abordagens neofuncionalista e intergovernamentalista capacidade de elevar perspectivas adequadas sobre o processo, uma vez que a primeira releva os aspectos da mudança exercida pela entidade supranacional por sobre os regimes nacionais, considerando inclusive as pressões exercidas por grupos políticos e movimentos sociais, o que se mostra pertinente, reconhecendo a composição mista do Parlamento e o caráter político das indicações para a Comissão. No caso intergovernamentalista, podemos observar a composição do Conselho por representantes de Estado e governo, com base em aspectos populacionais e econômicos, em que os interesses nacionais se colocam de forma mais evidente, e dada a capacidade de interferência e por vezes, deliberação do órgão se faz possível aplicar os pressupostos teóricos dessa vertente à análise do processo decisório no interior da União Europeia.

O processo de co-decisão tem evidente evolução a partir do Tratado de Maastricht, em que se institui uma nova relação entre o Conselho e o Parlamento, conferindo a este poder de veto sobre as decisões do primeiro, com isso se tem uma consolidação do caráter supranacional da organização, fortalecendo o Parlamento, que anteriormente era responsável apenas por questões de caráter consultivo e burocráticos. Diante disso, o processo de co-decisão está presente hoje no pilar da Integração Econômica, correspondendo a 43 áreas dessa temática. Isso instituiu um compartilhamento das atribuições da tomada de decisões na EU, entre o Conselho e o Parlamento, ainda que não se relavam os diferentes regimes utilizados para tais atribuições. Esse modelo não é livre de controvérsias, principalmente no tocante à composição do Conselho, em que países muito populosos e de grandes economias têm mais vagas, fazendo com que os pequenos países necessitem uma maior articulação junto a outros para passar matérias de seu interesse. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

Ao passo em que o processo decisório passa a ter maior influência pelo Parlamento, eleva-se o caráter representativo formal da União Europeia, já que este órgão tem sua composição com base em eleições livres e universais e assim reforça-se o interesse comunitário. Em verdade, apesar do alto desenvolvimento da co-decisão possibilitado por essa movimentação, ainda restam algumas arestas a serem aparadas, apontando para a necessidade de uma reformulação no Parlamento, possibilitando mais transparência ao

processo decisório.

Com essas perspectivas em voga, é possível afirmar que houve um aprofundamento nas relações políticas no interior do bloco, a partir da evolução institucional da União Europeia, o que tem grande influência no processo de co-decisão instituído. Apesar disso ainda existe uma forte tendência intergovernamental em seu interior, já que grande parte de suas medidas ainda são tomadas pelo Conselho, um órgão formado e guiado por governos. Com isso é possível inferir que ainda que se constitua como o mais completo e avançado modelo de integração, a UE ainda padece de falhas democráticas, como o fato de a ação do Parlamento se circunscrever à temática econômica, limitando o processo de co-decisão, se alijando das tarefas de coordenação política, como a decisão sobre cooperação policial e judicial e temas relevantes à segurança comum.

SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO

Apesar de bem-sucedida em vários aspectos, fazendo a União Europeia despontar, inclusive, como potência mundial devido a seu processo integracionista, muitas são as faltas no que concerne à política de segurança e defesa para o bloco. Data de 1952, com o Plano Pléven as tentativas de unificação em torno da temática, com a proposta de criação de um exército europeu, sob o comando de um Ministro de Defesa e também da Comunidade Europeia de Defesa (CED). Este projeto não foi adiante, identificando o resvalar nos interesses nacionais colocados no âmbito regional. Nos anos 1960 desponta uma nova iniciativa, de se integrar nas áreas de política externa e defesa, denominado Plano Fouchet e mais uma vez o desacordo entre os países minou a proposta. Apenas em 1970, começa a tomar corpo a cooperação em termos políticos e de defesa, com a criação da Cooperação Política Europeia (CPE), de caráter intergovernamental e independente. Mais tarde, em 1986, se institucionalizaria a CPE, junto a estrutura de tratados da Comunidade Econômica Europeia e daí se partiria para a elaboração da Política Externa de Segurança Comum (PESC), viabilizado no Tratado de Maastricht. (OZELO, 2007)

A PESC teria o intuito de dar respaldo a uma identidade regional frente ao cenário internacional, atribuindo a sua política externa mais coerência. Em 2001, o Tratado da União Europeia seria revisto, separando a segurança em três vertentes: política, econômica, e militar e de defesa. Com isso é criada a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), como um braço da PESC. (OZELO, 2007)

Para fins de análise das dificuldades enfrentadas na integração europeia, faz-se pertinente retomar os impactos da Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por sobre a política de defesa e segurança da Europa. Com o fim da dinâmica bipolar estabelecida no pós Segunda Guerra, surgem oportunidade de avanços em relação à independência da política europeia diante dos Estados Unidos, com o surgimento de

debates acerca da autonomia frente à OTAN, no entanto a crise institucional em que foram lançados os países do leste europeu, com debacle do sistema socialista real, fez surgir muitos conflitos com as quais a PESC não poderia lidar sozinha, minando sua empreitada autonomista. Diante disso se faz a constatação que o sistema PESC-PESD ainda não possui as estruturas necessárias para a confecção de tal autonomia. A empreitada em se postular potência mundial, passa pelo desafio em consolidar sua integração para além do âmbito econômico, no entanto isso se torna mais difícil com o fim do sistema bipolar, pois naquela situação a Europa se encontrava segura no campo capitalista liderado pelos EUA, e após esse período se depara com as dificuldades em desafiar a hegemonia estadunidense. (OZELO, 2007)

UMA AMEAÇA AO PROCESSO INTEGRACIONISTA

Os impactos da integração europeia não se circunscrevem à dinâmica regional, mas são reverberados por entre as diversas nacionalidades. O inverso também se faz verdadeiro, com as movimentações internas representando influências diretas ao processo de integração, sejam eles positivos ou negativos. Essa complexa relação dialética se constrói em meio a um cenário global em que se faz cada vez mais imperativo fatores como as movimentações exercidas no espectro político, de cunho ideológico.

Diante de tal configuração, é possível observar que a transferência de aptidões realizada no bojo da União Europeia, do nacional para o regional traz consequências diretas para o cálculo eleitoral realizado pelos partidos no âmbito nacional, disseminando-se por todas as áreas da disputa política. Nasce daí a preocupação com o fortalecimento de uma extrema-direita que se demonstra avessa às constituições de identidade da cidadania europeia supranacional. Dessa dinâmica se coloca como obrigatória a preocupação de todos os partidos políticos com a temática integracionista, com efeito de disseminação em todos os níveis, locais, nacionais e regionais. Aqui se colocam como entraves à integração o crescente apoio dos eleitores à uma agenda xenófoba e intolerante colocadas pela extrema-direita. (TOSTES, 2009)

É necessário, no intuito de analisar os entraves da intolerância à integração, distinguir as duas formas com que se apresentam a extrema-direita no continente, uma tradicional, mais ligada ao espírito fascista e os novos, atrelados a uma nova clivagem política, fruto de uma “sociedade pós-industrial”. Apesar de lugar comum, não se pode atribuir ao crescimento desse campo político fatores simplistas como a presença de imigrantes, o aumento da violência ou o fraco desempenho econômico, uma vez que a realidade mostra uma oposição dos fatos a tais percepções. (TOSTES, 2009)

Dados apontam que enquanto a Europa abriga hoje 11% da população mundial, em 2050 apresentará apenas 4% do total, o que faz com que seja essencial o incentivo a fluxos migratórios para a região, com a finalidade de manutenção de seu poderio, fazendo

contraditória a onda xenófoba que percorre os países. Portanto, é possível compreender que o voto numa extrema direita opositora à integração, se faz como mecanismo de protesto, em relação à desconfiança dos eleitores em relação a seus políticos mais tradicionais. (TOSTES, 2009). Em profunda conexão com a realidade globalizada, essa ascensão destrói princípios integracionistas na Europa e no mundo. O paralelo com a situação brasileira e em aspecto mais amplo, sul-americano é pertinente e demonstra a ação em rede de tal campo político.

Mais recentemente têm-se colocado entraves ao processo de aproximação entre União Europeia e Mercosul, em parte como resultado da ascensão do fascismo e de culturas não democráticas na região.

A RELAÇÃO COM O MERCOSUL

Data de 1995 as relações inter-regionais entre a EU e o Mercosul, com a assinatura do Acordo Marco Inter-regional de Cooperação com os Países do Mercosul, que pretendia avançar no diálogo político, assim como na liberalização do mercado e cooperação econômica. Os entraves colocados ao aprofundamento da cooperação entre as duas regiões levam ao questionamento da capacidade da União Europeia em atuar com ator internacional único, de acordo com seu processo de integração. (SARAIVA, 2004)

A capacidade em transformar a integração europeia em prática política internacional, ou seja, apresentar-se como um ator internacional, começa a despontar em 1980, uma vez que a existência de recursos econômicos (apesar da falta de recursos militares) possibilitou com que a se exercesse, como bloco, uma influência sobre Estados terceiros, outras organizações regionais e negociações multilaterais e assim a Europa passa a ter maior relevância no cenário internacional. Com isso abre-se maior espaço e confere-se maior importância ao diálogo inter-regional, abrindo espaço para as relações com a América Latina e mais especificamente com o Mercosul. (SARAIVA, 2004)

Apoiada em uma longa tradição democrática, a Europa encontrou empecilhos no aprofundar das relações com a América Latina, no limiar da década de 1970, devido a presença de vários governos autoritários então presentes na região. Apesar de vistas como secundárias, as relações políticas passam a tomar maior relevância no decorrer dos anos 1980, uma vez que os processos de democratização no continente passaram a abrir maior espaço para isso. No final da década de 1990 tomam lugar reuniões entre representantes da UE e mandatários de países andinos, do México, Mercosul e Chile, o que serviu para aprofundar as relações, apesar do caráter secundário delas para a Europa. (SARAIVA, 2004)

Segundo Saraiva (2004), as intenções da União Europeia para a região latino americana seguiu uma agenda comum à relacionada a todos os países em desenvolvimento, incluindo a atenção à democracia, estabilidade política, confirmação do Estado de direito

e proteção aos direitos humanos.

Daí pode-se partir para a relação específica da União Europeia com o Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção em 1991 despertou grande interesse da Europa, por se tratar de uma região que já mantinha muitas relações econômicas com o bloco e possuía vasto potencial de crescimento. A União Europeia segue sendo o principal parceiro comercial dos países do bloco sul-americano. Com base nessas relações se firmou em 1992 o Acordo de Cooperação Interinstitucional, visando o aprimoramento das instituições do Mercosul, através da cooperação. Ao passo em que se desenvolviam as interações e negociações, tornou-se possível a instituição do Acordo Marco Inter-regional de Cooperação, em 1995, que reservou aos sul-americanos muitas expectativas e que para os europeus poderia permitir uma maior liberalização, ampliando as importações pela região de produtos de alto valor agregado, como a tecnologia, enquanto por sua parte absorviam produtos primários e de baixo valor agregado. Isso sempre sob a sombra do compartilhamento de valores. (SARAIVA, 2004)

Apesar dos impulsos recebidos para ampliar a integração inter-regional, ainda não foi possível atingir tal patamar. A empreitada se enfraquece com as suspeições por sobre o sistema democrático sul-americano, em especial, a elevação do tom fascista proveniente do Brasil, que faz com que surjam no interior da União Europeia inúmeras oposições ao processo de integração, como forma de retaliação e proteção.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como intenção apresentar um panorama geral sobre os vários aspectos que rodeiam o processo de integração que hoje culmina na União Europeia. A partir dele pode-se ter uma visão sobre o processo histórico delineador da integração europeia, compreendendo sua colocação nas diversas conjunturas internacionais que a permearam. Daí pode-se depreender que a União Europeia não é apenas fruto da intencionalidade coletiva, mas sim um longo processo em que se colocaram as necessidades nacionais, num cenário em que se precisava fazer frente às situações como a expansão soviética e mais tarde a onipotência estadunidense.

Identifica-se também a alocação teórica transversal à constituição da integração. Compreendendo que o caráter intergovernamental da instituição foi gradativamente sendo permeado pela ação de grupos configurados socialmente e daí emanando transformações intra-organizacionais e também da organização para as configurações nacionais. Essa visão, aproximada da teoria neofuncionalista, não é livre de oposições, principalmente vindas da formulação intergovernamentalista, que ainda não abdicam da primazia da ação estatal por sobre a configuração do regime regional possibilitado pela integração europeia. A partir da teoria pode-se desenhar também o vasto campo da tomada de decisões no interior da UE, que aqui conclui-se que passa por uma experiência

mista, em que importância das decisões estatais, no bojo do Conselho, são relativizadas e ponderadas por um sistema influenciado pelas movimentações da sociedade civil, diante do caráter democrático do Parlamento, ou seja, sua eleição de forma direta.

Ao falar-se da atuação da União Europeia como ator internacional coeso, é trazida a capacidade em articular-se como bloco frente a outras regiões integradas, como o Mercosul, que demonstram a atuação como ator internacional da EU. No entanto, essa mesma capacidade se vê debilitada devido à sua dificuldade em estabelecer uma política comum de segurança e defesa, fazendo com que ainda se confira aos países membro da organização uma atuação bastante autonomizada em relação à temática.

Por fim, é possível ver que com a crise mundial ditando uma dinâmica que impõe agendas retrógradas e nacionalistas, a Europa não está a salvo dessa intempérie, vindo na ascensão da extrema-direita uma ameaça a seu processo de integração. É nítida uma articulação internacional que visa destruir articulações, frente à crise de hegemonia e mesmo a Europa, com sua longa tradição democrática e alinhamento aos Estados Unidos, não está livre de tentativas de desestabilização.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; CAMPOS, Cinthia Regina. União Europeia, reformas institucionais e déficit democrático: uma análise a partir do mecanismo de co-decisão. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 52, n. 01, p.29-52, 2009.

OZELO, Carolina Castro. Integração Europeia em Segurança: a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 1., 2007, São Paulo. **Integração Regional**. São Paulo: Abri, 2007. p. 1 - 17.

SARAIVA, Miriam Gomes. A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 46, n. 01, p.84-111, 2004.

SCHMITTER, Philippe C. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova**, São Paulo, v. 80, p.9-44, 2010.

TOSTES, Ana Paula. Razões da Intolerância na Europa Integrada. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 02, p.335-376, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99

 **Atena**
Editora

2 0 2 0